

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às nove horas, no Auditório do Planetário de Brasília, Brasília/DF, Brasil ocorreu a 22ª reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: **1 – Escassez hídrica. 2 – Informes.** Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): ANA CLÁUDIA CAMPOS DA SILVA (SES); ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM); VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); MARIA DO CARMO MAGALHÃES CÉZAR (CAESB); ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA); LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Fórum de ONGs); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (Fórum de ONGs); JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (UnB); ANA PAULA DIAS MACHADO DE CASTRO PESSOA (FIBRA); TEREZINHA LIMA (ÚNICA) e ANA PALMIRA SILVA (CBH/Paranoá). Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Participaram como convidados: VERA REGINA ESTUQUI (REDE); MARIA AUGUSTA FERNANDES (IBAMA); MAURÍCIO M. FERNANDES (IBAMA). **O presidente do Conselho** deu por aberta a 22ª reunião extraordinária do CRH-DF, procedendo com o **item 1 e 2 da pauta. O presidente lembrou que**, conforme encaminhado na 3ª reunião conjunta CONAM/CRH/DF, foi deliberada a criação de um grupo de trabalho formado pelos dois Conselhos para processar as recomendações daquela reunião e estabelecer um conjunto de propostas de ações, de curto e médio prazo, a serem adotadas pelo Governo e pela sociedade civil, e apresentadas nesta reunião para apreciação desse Conselho. Foram realizadas duas reuniões por este GT onde se consolidou um documento com as sugestões. Pediu ao Dálio Ribeiro para fazer a leitura do documento. Concluída a leitura prosseguiu-se com o debate dos Conselheiros. **A conselheira Ana Paula /FIBRA** manifestou que o documento está amplo e sugeriu pontualidade e concisão para o grupo em relação aos temas, na implementação de ações (operacional), para melhor compreensão dos tópicos. Não declarou objeção às diretrizes propostas. **O Conselheiro Mourão/Fórum de ONGs** declarou descontentamento com o aumento de tarifa na questão da escassez da água e lembrou ter trazido proposta do Fórum para esta questão. **A conselheira Jane/IBRAM** lembrou que o Conselho deve trabalhar no sentido de apontar linhas estratégicas deixando que cada instituição se atenha do tático/operacional, visto que isto envolve recursos financeiros, tecnológicos e humanos, e só a própria instituição pode precisar sua capacidade nesses termos. **A conselheira Raquel Brostel/CAESB** manifestou que as diretrizes estão pertinentes mas sente falta de ações mais objetivas e melhor endereçadas por instituição. Informou que já houve redução de consumo de água, em torno de 10%. **O Conselheiro José Francisco/UnB** chama a atenção para o GT de acompanhamento da Resolução 02/2014, que já sugeriu algo semelhante, que é o SISÁGUA, que deve ser implementado pela ADASA, e até o momento não foi implementado. O objetivo é a divulgação das informações do sistema de RH. O documento precisa de melhor integração das ações de Governo. As questões de educação ambiental devem ser geridas pela SEMA, a Secretaria de Educação deve ser parceira, visto que ela tem outro viés. Ao invés de serem genéricos, os tópicos devem mais específicos. **A conselheira Ana Palmira/CBH Paranoá** lembrou que o fortalecimento das instâncias é importante, contudo é preciso mais clareza nas atribuições de cada instituição, especialmente, para as ações que são concomitantes. É preciso separar as questões de consumo e produção de água. **O Conselheiro Philippe Layrargues/UnB** lembrou que o foco que deve ser debatido

por este Conselho não é a escassez hídrica, mas a segurança hídrica. O objeto do documento e da discussão deve ser equilibrar a abundância e a escassez. Uma sugestão seria o armazenamento de água de chuva. O **Conselheiro Mourão/Fórum de ONGs** defendeu a importância da governadoria tomar para si a responsabilidade da articulação política e que ela dê a dimensão política que não foi dada até agora, no sentido aglutinar a solução para o problema. Lembrou que a última situação de escassez é o racionamento e que a taxa que será cobrada é para aplicar nos custos do racionamento. A ADASA não está dando as informações de aplicação desses recursos. Nesse documento algumas propostas sugerem medidas de curto, médio e longo prazo que devem ser implementadas por instituições públicas. O presidente do Conselho fez um breve resumo das propostas constantes no documento que foi consolidado pelo GT chamando a atenção para a recomendação de criação de um comitê de governança da água que integre as ações governamentais envolvendo a questão hídrica. Entendo que faz sentido o Governo ter uma instância deliberativa para este tema, tão importante para o DF. O presidente declarou que entende ser importante este Conselho acompanhar as medidas que envolvem a crise hídrica, sem prejuízo de criação do comitê de governança no nível do Governo. A **conselheira Adriana/SEGETH** manifestou que talvez seja o momento do Governo adotar estratégia invertida, de estimular o reuso, a adoção de telhados verdes, de energia solar, etc. A **conselheira Alba/ADASA** chamou a atenção para o documento que propõe medidas para a escassez hídrica, contudo, muitas das medidas orientadas no documento são de médio e longo prazo. Assim, recomenda que o documento separe o que direciona para a escassez, que é muito atual, e o que é estruturante para a manutenção do sistema. **O presidente do Conselho** salientou que o propósito deste documento não é fazer recomendações para solucionar a atual crise hídrica, mas sim, considerando a atual crise hídrica, recomendar que algumas ações já iniciadas e que ainda não estão finalizadas, sejam aceleradas para a sua efetivação, e aquelas que não foram iniciadas ainda, que se iniciem com a mesma urgência. A **conselheira Ana/SES** sugeriu que seja dada maior atenção às áreas de baixa renda, visto que já são muito afetados por problemas de doenças relacionadas ao uso da água e que a cobrança seja efetivada onde há grande consumo de água. A **conselheira Maria do Carmo/CAESB** lembrou que as perdas totais contabilizadas no faturamento são da ordem de 30%, contudo, as perdas físicas (real) são da ordem de 15%. Finalizadas as considerações o presidente sugeriu que fosse transferida para o final da reunião a análise do documento, para que a ADASA possa apresentar a proposta da tarifa de contingência que será apresentada pelo Conselheiro Diógenes e o Sr. Cássio Cossenzo, coordenador de estudos econômicos/ADASA. O que foi aceito pelo plenário. **O Sr. Cássio/ADASA** mostrou os principais objetivos da tarifa de contingência, que é o de sinalizar ao usuário a necessidade de redução do consumo de água, manter os reservatórios em nível adequado ao abastecimento, até a chegada do período das chuvas e, evitar o racionamento. A proposta é a previsão de uma tarifa de contingência, quando o nível de um dos reservatórios (Descoberto ou Santa Maria) atingir 25% de seu volume útil. Apresentou ainda o percentual adicional sobre a fatura de água e as categorias contempladas na proposta. Esclareceu sobre os principais aspectos da minuta de Resolução, com destaques para as isenções de tarifa, vigência, cobrança em unidades com mais de uma economia e um único hidrômetro, período de cobrança da tarifa, utilização dos recursos provenientes da tarifa, destinação dos recursos, etc. A apresentação contemplou também as obrigações da concessionária. Por fim apresentou a meta que se pretende alcançar com a aplicação da tarifa de contingência, que é de reduzir em 15% o consumo de água. **O Conselheiro Rogério/PM** declarou que sua preocupação está no fato de o grupo trabalhar apenas nos efeitos do problema e não dar tanta importância nas causas. Declarou que um dos grandes problemas da crise hídrica é a questão de supressão do cerrado. Lamentou não haver foco na fiscalização ambiental. **O presidente** seguiu com breve leitura do resumo do documento, listando os principais pontos que serão recomendados: 1 - Fortalecer os instrumentos de proteção, fiscalização e recuperação de áreas de recarga de aquífero, APMs,

APPs e o combate à grilagem de terra. 2 - Regulamentar e incentivar o reuso de água em suas diferentes possibilidades. 3 - Iniciar o processo de revisão do PGIRH à luz do cenário da crise hídrica. 4 - Implantar ampla campanha de comunicação para o uso consciente da água. 5 - Ampliar os esforços ou realizar um robusto programa de educação ambiental com foco em água com ampliação dos investimentos. 6 - Implementação de um sistema efetivo de informações sobre água e meio ambiente. 7 – Ampliar os esforços pela integração efetiva entre planejamento territorial, zoneamento, licenciamento ambiental e outorga. Diante destas colocações o presidente apresentou duas propostas para deliberação do Conselho, acerca da pauta em análise: 1 – Recomendar ao Governo do Distrito Federal que crie uma instância de governança da água para o enfrentamento da crise. 2 - Criar uma câmara técnica no âmbito do CRH para acompanhar o processo de enfrentamento da crise hídrica. Sugeriu que a proposta trazida pelo Fórum de ONGs seja apreciada por esta Câmara Técnica que será criada. Na próxima reunião do CRH iremos formular a composição da CT e a estratégia de trabalho que será adotada. Nessa ocasião, vamos conceder oportunidade ao Fórum de ONGs para apresentar o documento trazido hoje pelo Conselheiro Mourão. Qual o papel do Conselho de Recursos Hídricos em um cenário de crise hídrica, como esta que o Distrito Federal está vivenciando? Precisamos trazer esta discussão para a Câmara Técnica. Ouvidas as considerações dos Conselheiros, Rafael/ADASA, Raquel Brostel/CAESB, Mourão/Fórum de ONGs, Ana Paula/FIBRA, Vandete/IBRAM, que sugeriram que o tema fosse encaminhado para a CT já existente no CRH e não para uma nova CT, o presidente da reunião refez as proposições: 1 – Levar a questão para a CTPA/CRH existente. 2 - Criar uma nova CT para analisar esta questão específica. Submeteu à votação. Dois votos foram favoráveis à proposta 1. Seis votos foram favoráveis à proposta 2. Houve uma abstenção. Aprovada a proposta de criação de uma nova CT que terá o prazo de 45 dias para examinar as recomendações que não constam deste documento que foi aprovado aqui, e que dentro do prazo previsto apresente a este Conselho suas conclusões. Sobre o **item 2 da pauta o Conselheiro Ivens/SEMA** informou que a primeira reunião da CT/CONAM/Fiscalização terá sua primeira reunião nesta quinta feira próxima. Não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os Conselheiros presentes e, posteriormente, publicada seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.